



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROPOSTAS CURRICULARES ALTERNATIVAS: análise de uma
ação positiva**

DANIELA DINIZ E SOUZA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROPOSTAS CURRICULARES ALTERNATIVAS: análise de uma
ação positiva**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Hasla de Paula Pacheco do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

PROPOSTAS CURRICULARES ALTERNATIVAS: análise de uma ação positiva

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ___ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Hasla de Paula Pacheco – Orientadora

Profª. Daniela Diniz e Souza - Cursista

RESUMO

O Presente trabalho destina-se a uma análise do Projeto Político Pedagógico do Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha e refletir sobre os vários problemas que a escola enfrenta para compreender a implementação de um currículo nas dimensões da formação humana. Trabalhar o currículo na modalidade de Jovens e Adultos parte de uma perspectiva que garanta os direitos sociais e compreendendo que através das experiências vividas possam contribuir para um aprendizado significativo onde o conhecimento possa se relacionar com os conteúdos básicos comuns. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir dos autores Young(2007) e Moreira(2001), de forma a avaliar o currículo através de uma formação nas dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e da cultura.

Palavras-chave: currículo, projeto politico-pedagógico, CESEC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. Fundamentos para uma educação básica de qualidade: analisando o currículo.....	07
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
REFERÊNCIAS.....	14
ANEXO Projeto Político Pedagógico	15

INTRODUÇÃO

Segundo a LDB (Lei nº 9394/96) é através do currículo que podemos ter mudanças e transformações na escola. Com as reformas educacionais o ensino médio trabalha de forma a preparar o aluno na continuidade para os estudos e o preparo para o mundo do trabalho.

Para Artexes e Ribeiro (2013) tudo que se deve ensinar tem que fazer sentido para o aluno. É através do currículo que se define como ensinar e o que ensinar. O conhecimento deve ser articulado e não fragmentado. Para que o currículo seja bem desenvolvido é necessário boas condições de funcionamento das estruturas físicas da escola e profissionais competentes.

A todo momento o mundo vive processos de transformações e é na escola que deve desenvolver a transformação curricular, já que sua função é socializar.

Nesse trabalho de conclusão de curso será apresentado uma análise do PPP do Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha e iremos analisar a forma que se organizam os currículos no ensino médio dentro de uma realidade atual, de modo a contribuir na formação humana em uma perspectiva para a qualidade no ensino. Procuraremos buscar respostas sobre o que precisa para um ensino que supera as necessidades do discente. Como o currículo se organiza nas escolas nas dimensões da formação humana, a ciência, cultura, o trabalho e a tecnologia, mas que defina um currículo como uma forma de vida, uma busca de identidade aos conteúdos. Um currículo que dê sentido à formação humana, que busca a compreensão através da realidade.

Para legitimarmos nossas reflexões sobre as propostas curriculares, realizaremos o estudo baseando em pesquisas bibliográficas, onde vem acrescentar a nossa discussão e também o estudo ser alvo de reflexões através das informações sobre a proposta Político-Pedagógica do Centro Estadual de Educação Continuada Capelinha.

A escolha do tema foi buscar respostas entre vários problemas que a escola enfrenta nos dias atuais, compreender a definição de currículo e conhecer quais são as teorias que estabelecem avanços para o processo de evolução para a educação.

Fundamentos para uma educação básica de qualidade: analisando o currículo

Iniciaremos com um breve histórico na organização pedagógica nacional curricular que marcou o ensino na modalidade de jovens e adultos. Na década de 90 através das Diretrizes Básicas da Educação Nacional, lei 9394/96 a educação de jovens e adultos passa a ser uma modalidade da educação básica entre as etapas do ensino fundamental e ensino médio conforme consta no art. 37, parágrafo 1º da LDBEN:

a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria [e que] os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.(BRASIL, 1996, art. 37).

Nessa mesma época iniciou-se uma maior preocupação em discutir em promover políticas públicas voltadas a educação de jovens e adultos, sendo assim no ano 2000 foram elaborados documentos através das Diretrizes e Bases da Educação que garantem o tempo e espaço ao acesso aos discentes que cursam essa modalidade de ensino.

Com a organização na ação educativa, de modo geral a educação para a modalidade de ensino regular e para a educação de jovens e adultos a proposta curricular deve atender no sentido de uma visão social, inclusão social, contribuir a um conhecimento para o mercado de trabalho e das novas tecnologias.

Para Artexes e Ribeiro (2013, p.6) “o ensino médio brasileiro, ao longo de sua história, oscilou entre uma finalidade voltada ora para a formação acadêmica destinada a preparar para o ingresso no ensino superior, ora voltada para uma formação de caráter técnico, com vistas a preparar para o trabalho”.

A organização curricular seja em qualquer das situações se caracteriza em uma fragmentação hierárquica pelo sistema educacional em conteúdos, destacando algumas áreas mais importantes que as outras.

Um acúmulo de saberes sem objetivos e muitas vezes distorcido com a realidade e experiências vividas pelos alunos. Uma aprendizagem exigida por repetição, onde o conhecimento é as experiências vividas não caminham na mesma velocidade de aprendizado.

Uma questão a pensar é de que forma o currículo pode deixar de ser fragmentado e ser integrado com a formação humana.

Para Moreira(2001):

O conhecimento incide na ação como atributo do sujeito, não como algo que se dê à sua revelia. Daí a importância de se buscar compreender o que se passa em educação a partir da dinâmica das ações dos indivíduos e das ações sociais, a partir dos saberes e dos motivos dos sujeitos envolvidos na prática. (2001, p.45)

Através da Resolução CNE/CEB nº 4/2010 onde define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

a organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos. (Art. 13, § 2º)

Assim, é passível de conclusão, uma vez que o currículo deve ser compreendido como uma ferramenta de integração entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia, esse currículo deve buscar e contribuir, através da prática de saberes e vivências dos estudantes, o desenvolvimento da identidade desses educandos e promoção das condições socioafetivas necessárias ao desenvolvimento cognitivo para que esse currículo se torne efetivamente importante para o estudante.

A formação precisa ser focada para qual tipo de educando ela vai ser desenvolvida. Um currículo para alunos do ensino regular nem sempre é recomendado que seja o mesmo para alunos da EJA (a modalidade de Educação de Jovens e Adultos) ministrada em regime semipresencial, destinada ao atendimento dos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou não puderam dar continuidade aos estudos na época correspondente como no caso CESEC/ Capelinha.

Os Centros Estaduais de Educação Continuada – CESECs são escolas com atendimento individual e regime semipresencial, cuja flexibilidade na organização do tempo/espço escolar as diferenciam da escola regular.

Os CESECs devem oferecer cursos desenvolvidos mediante regime didático de matrículas por disciplina ou conjunto de disciplinas, através de módulos de ensino, sendo que sua organização, estrutura e funcionamento incluem momentos presenciais e não-presenciais. A maioria dos alunos que frequentam esse tipo de modalidade de ensino ficaram muitos anos sem estudar e voltaram para a escola

para a conclusão da modalidade de ensino. A partir disso, é necessário que o currículo tenha uma identidade de acordo com a população que frequente um determinado meio, proporcionando ao aluno a oportunidade de aprimorar e/ou adquirir conhecimento nas diversas disciplinas, respeitando o seu ritmo de aprendizagem, inserindo-o na sociedade para efetivo exercício da cidadania de acordo com as transformações históricas.

Através das experiências vividas o aluno passa a ser um sujeito que contribui e enfrenta novas situações buscando estratégias para o seu aprendizado. O conhecimento acompanha a ação do aluno desenvolvendo o raciocínio e a solução de problemas.

Para Young(2007),

O currículo tem que levar em consideração o conhecimento local e cotidiano que os alunos trazem para a escola, mas esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo. A estrutura do conhecimento local é planejada para relacionar-se com o particular e não pode fornecer a base para quaisquer princípios generalizáveis. Fornecer acesso a tais princípios é uma das principais razões pelas quais todos os países tem escola. (YOUNG, 2007, p.13)

Dessa forma, é através de uma proposta curricular que o ensino nas escolas tem o papel de preparar o aluno para a vida, preparar para o mercado de trabalho e garantir a segurança de um emprego ou seja socializar de forma a garantir o sujeito de seus direitos conquistados pelas lutas dos direitos humanos de uma sociedade.

O currículo ao invés de ser o fim, deveria ser o meio para a formação integral dos sujeitos. A contemporaneidade exige um tipo de organização que tem a interdisciplinaridade como o princípio. Não se trata de abandonar conhecimentos específicos, muito menos pelo contrário, as áreas podem expressar uma unidade composta por uma diversidade que se articula e se comunica entre si.

O currículo que temos compreende que o conhecimento se divide em várias áreas, mas é preciso que elas se relacionam com um objetivo comum onde se atenda as necessidades sociais.

As necessidades sociais exigem mudanças, as posturas ultrapassadas estão sendo excluídas pelo próprio contexto. Considerando que currículo é espaço de lutas de poderes, encontramos em um momento de grandes desafios. É preciso andar a passos largos rumo a interdisciplinaridade o isolamento de conteúdos perdeu espaço. É imprescindível estreitar a teoria e a prática, integrar educação geral e profissional para a autonomia e o protagonismo juvenil. Os educadores, ao

elaborarem o currículo, terão que levar em conta a formação humana integral dos alunos e para isso é preciso pensar na inclusão das etnias, culturas e grupos de minorias para trabalhar as necessidades básicas explícitas ou ocultas.

Se queremos a formação integral do educando, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino médio, o currículo deverá se integrar no seu desenvolvimento as dimensões da própria vida social, sintetizadas no trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura. Uma das estratégias para a elaboração de um currículo compatível com as necessidades sociais seria o diagnóstico da realidade trabalhando através projetos que visem a transformação da realidade, ou seja, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

De acordo com o PPP do CESEC Capelinha, a compreensão do currículo para uma escola transformadora deve ser de que este não é neutro nem deve se encontrar para além das discussões dos profissionais da educação e da sociedade onde o currículo é uma prática social e marca de forma definitiva o percurso formativo dos educandos na nossa sociedade, sendo também um terreno de disputas pela hegemonia, pois é desta discussão que se encaminham os projetos educativos de uma sociedade. No caso em estudo, o PPP do CESEC, apresenta uma visão de currículo onde a inclusão social respeita a diversidade das etnias e do conhecimento popular, mesmo aqueles que nunca tiveram acesso à escola passam a contribuir com as experiências vividas, e a escola assume o papel de ampliar saberes. É através das experiências vividas no contexto social que se constroem novos conhecimentos, valorizando e relacionando com os conteúdos para uma aprendizagem significativa, considerando as habilidades cognitivas e afetivas.

A organização e o funcionamento dos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC), de acordo com a RESOLUÇÃO SEE/MG N.º 2250 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012 no “Art. 17 conforme estabelecido na Resolução SEE/MG nº 666, de 07 de abril de 2005, o CESEC deve aplicar os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) no processo de orientação da aprendizagem do aluno. Art. 18 a organização curricular do curso dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio do CESEC deve contemplar os componentes curriculares que integram a Base Nacional Comum, como também a Língua Estrangeira Moderna na Parte Diversificada do Currículo e deve ser desenvolvida com metodologias e estratégias de ensino adequadas às características do curso”.

Sendo assim, optou-se por um currículo para a formação humana, compreendendo-se que este precisa ser situado historicamente onde se possam introduzir sempre novos conhecimentos, não se limitando apenas aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, mas entendendo que o conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano que vão além do uso prático; um currículo orientado para a inclusão de todos, ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento e que está, assim, a serviço da diversidade.

O currículo como um processo para a formação humana, a construção da proposta curricular deve ser trabalhada por todos, é isso demanda planejamento e organização no trabalho escolar para que a construção do processo educativo seja a todo momento um processo de transformação onde é necessário compartilhar ideias manifestando através do Projeto Político Pedagógico, como no caso do PPP SESEC Capelinha.

Estabelecendo como premissa básica à organização das relações e práticas exercidas na escola através da reflexão conjunta e comprometida com seus elementos, o Projeto Político Pedagógico constitui-se em via possível para a modificação de uma estrutura baseada na compartimentalização e na prática individualizada que se efetiva no interior da escola, reorientando-as para uma unidade de objetivos que direcione e conduza à diversidade da ação docente e visa apresentar as ações que norteiam a escola, ressaltando que o objetivo maior é a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desse trabalho foi refletir, através do PPP do Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha, a opção de currículo que reforma as estruturas de um modelo que tenha por base experiências vividas por jovens e adultos, mas que não perde seu caráter científico em uma estrutura de base nacional comum. Há necessidade de um currículo que seja elaborado de forma integral e que vise a formação humana nas dimensões do trabalho, ciência, tecnologias e da cultura.

É através do currículo que determinamos o que é importante ensinar, de maneira que as experiências vividas contribuam para uma aprendizagem que se possa relacionar com os conteúdos básicos comuns (CBCs). A proposta curricular deve ser integrada como uma orientação de preparar o aluno para a vida, de forma que atenda as necessidades sociais e que as experiências de vida devem contribuir para uma formação significativa.

O CESEC Capelinha trabalha com uma visão de currículo que garante o direito de inclusão social respeitando as diversidades. Avaliar as práticas no campo teórico do currículo é mostrar a urgência e a necessidade de avançar para uma prática curricular que atenda as diferentes etnias, gêneros, faixas etárias e necessidades de aprendizagem adequando à necessidade do aluno.

A proposta alternativa implementada no CESEC Capelinha tem funcionado no sentido de um plano curricular em formar cidadãos criativos que reconhecem seus direitos e deveres atribuídos em uma sociedade e ampliam sua potencialidade educativa, social e cultural. Através das experiências escolares e os conhecimentos acumulados historicamente devido às relações sociais, propõe um currículo cujas metodologias e estratégias são adequadas aos interesses de jovens e adultos.

O CESEC Capelinha apresenta um grande avanço sócio educativo de forma a realizar um trabalho participativo e eficiente com a comunidade, mais que, ainda temos o desafio como a escola possa resgatar de melhor forma o ensino-aprendizagem na modalidade de jovens e adultos.

A todo momento é necessário a reformulação das propostas curriculares, já que somos sujeitos de mudança e transformação e para que isso seja possível é

necessário uma reformulação e ressignificação do currículo nas estruturas educacionais em todas as modalidades de ensino. É necessário vencer a resistência a mudanças por parte de alguns professores que precisam transformar sua prática educacional, mudar sua postura que ainda está enraizada na escola tradicional, em que o conhecimento é transferido sem significado e sem um caráter de investigação.

REFERÊNCIAS

ARTEXES, Carlos Simões, RIBEIRO, Monica da Silva. Brasil. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno III: O currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9394, de 26 de dezembro de 1996. Brasília, 1996

CAPELINHA. Projeto Político Pedagógico do Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha. Capelinha - MG. 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf> . Acesso em 29/06/2014

Resolução SEE/MG nº 2250 de 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2250-12-r.pdf>

YOUNG, M. Para que servem as escolas? Educ. Soc., Campinas, v.28, n.101, p.1287-1302, set/dez.2007. Disponível em <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



PV- PROJETO VIVENCIAL

**DANIELA DINIZ DE SOUZA
FÚLLVIA BRITO MARES VIEIRA
GILCÉLIO DE PAULA DIAS
LUCIANA APARECIDA ALVES PINHOLI
NÍVEA CRISTINA DE ARAÚJO VIANA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
TURMA 03**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Hasla de Paula Pacheco do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO -----	3
2 – FINALIDADES DA ESCOLA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL -----	5
3 – CURRÍCULO -----	6
4 – TEMPOS ESCOLARES -----	9
5 – PROCESSOS DE DECISÃO -----	12
6 – RELAÇÕES DE TRABALHO -----	13
7 – AVALIAÇÃO -----	14
8 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA -----	15

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA- CAPELINHA
Ensino Fundamental e Médio
Rua das Flores, 965, – Centro – 39680-000
Capelinha- Minas Gerais

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente projeto político pedagógico é a discussão assentada em bases democrático participativas, como parte constitutiva da afirmação da autonomia da escola, e sobretudo, da atuação articulada entre a ação dos professores e os processos formativos dos alunos, tendo em vista a consecução dos fins da educação escolar no que tange a efetivação da educação como um bem público e direito universal.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública.

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel entre as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, onde estas alterações criaram novas demandas e exigências para a escola.

Há de se discutir, portanto, o sentido que seja o PPP. Segundo Gadotti(1994) observa, fazer um PPP significa lançar-se para a frente, antever o futuro. O projeto é pois, um planejamento a longo prazo, consciente e sistematizado onde as escolas o realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa. Nesta mesma linha de raciocínio Veiga (1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com uma burocracia no interior da escola.

Para Veiga existem vários caminhos para a construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Portanto é necessário apontar dentro do PPP os movimentos básicos para construção do mesmo, ou seja, o ato atitudinal (conhecer os conflitos existentes na escola e suas contradições, fazer seu diagnóstico e definir as suas prioridades; o ato conceitual (onde a escola define sua concepção de educação, sociedade, homem, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando um esforço analítico da realidade constatada no ato situacional, bem como definindo suas prioridades a serem trabalhadas) e o ato operacional (que se refere as atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas , ou seja, a tomada de decisão para atingir os objetivos e metas propostos definidas no coletivo).

É preciso considerar que na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidas pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis importantíssimos, cada um tem um importante papel dentro do contexto da construção do PPP.

Todos os momentos que compreendem a construção do PPP devem passar por um processo de avaliação que permitirá ao grupo caminhar do real pra o ideal, desenvolvendo assim, ações viáveis, possíveis de serem implementadas, ou seja, ações que requerem planejamento, avaliação desde o diagnóstico até a execução das ações.

No processo contínuo de elaboração do PPP, a escola necessita de um planejamento que considere a organização do trabalho escolar, e sua prática pedagógica de modo a desenvolver planos de ação que possibilitem, de fato, a melhoria da qualidade do ensino e os resultados da aprendizagem dos alunos.

Sabemos que todos querem o sucesso escolar, transformar a realidade educacional , e que a responsabilidade de construir esse “ amanhecer” é do coletivo que constrói o projeto pedagógico. O PPP representa, portanto, o funcionamento da escola e deve ser assumido como uma conquista do coletivo da escola, como um instrumento de luta e organização. Portanto a construção do PPP depende do papel ativo de diversos atores envolvidos no contexto escolar.

A missão da escola é oferecer uma educação de qualidade e uma formação integral pautada nos valores morais, éticos e políticos, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuarem criticamente e transformar a realidade de modo positivo.

Nesse sentido o PPP é o instrumento que irá orientar e direcionar o processo educacional numa reflexão-ação-reflexão.

2. FINALIDADES DA ESCOLA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O planejamento é um processo que revela as intenções da política pedagógica na esfera educacional. É onde as decisões são traçadas de acordo com as metas para garantir a qualidade na educação. O projeto educacional na década de 70 era como um processo elitista, de total controle do Estado. Segundo uma concepção tradicional, não deu certo. A educação na década de 80 via o saber como uma ameaça, onde o Estado precisava manter o controle sobre as pessoas devido aos interesses econômicos da classe dominante. A burocratização impedia a participação para a educação. Anos depois a escola deixa de ter o foco como processo político, mas como técnico pedagógico. Os professores se organizavam para lecionar para o aluno.

No planejamento educacional forma-se através de três níveis que são o planejamento no âmbito dos Sistemas e Redes de Ensino, o planejamento no âmbito da Unidade Escolar e o planejamento no âmbito do Ensino no qual o primeiro responsabiliza o ensino aos gestores públicos na expectativa de elaborar um projeto político pedagógico de forma coletiva. O Estado tem uma grande preocupação em promover ações para o ensino. Nessa fase ressalta a grande importância de traçar os Planos Nacional, Estadual e Municipal. Na segunda fase os objetivos devem ser bem definidos para os critérios de avaliação. O Projeto gestor e toda a comunidade escolar. Aqui, através do Projeto Político Pedagógico é um importante meio para democratizar as decisões da escola enquanto ao ensino. Na terceira fase preocupa-se com a forma como vai ser executado o ensino, metodologias usadas, planejamentos que consideram a experiência de vida do aluno no contexto social, o ensino será responsabilidade do professor que deverá ter critérios para as ações de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva a elaboração do PPP vem pautado numa série de requisitos pré-estabelecidos por orientações didático metodológicas constantes em livros de renomados autores, e no caso do Estado, em um modelo elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, similar a um trabalho de Conclusão de Curso, além de outros tantos textos a respeito, com a finalidade de orientar a construção do

mesmo. No caso específico da Escola denominada CESEC Capelinha, os estudantes tem um perfil bem caracterizado, são aqueles que não tiveram a disponibilidade para frequentarem a modalidade presencial, o que significa também pouco tempo para frequentar o espaço escolar e fomentar as discussões acerca do PPP, outro fator que desfavorece, é o fato de não se poder contar com os pais dos alunos, posto que a grande maioria dos alunos tem mais de 18 anos de idade. Apesar das adversidades presentes, não podemos conceber a educação sem um plano, sem um norte, o que faz do Projeto Político Pedagógico algo essencial que deve abranger aspectos e dimensões relevantes da formação do cidadão, sempre colocando como ponto central o processo de ensino-aprendizagem, que é o objetivo estabelecimentos de ensino e sistemas educacionais.

3. CURRÍCULO

O currículo consiste no conjunto de métodos, programas, habilidades, competências, atitudes e valores que o educando deverá adquirir na escola. O currículo evidencia o que o sistema e a escola oferecem e também o que ela espera que o educando apreenda durante o seu percurso educacional formalmente sistematizado.

Na condução do currículo, deve se estabelecer uma relação entre a proposta curricular da escola e a e a cultura local onde a escola está inserida, posto que os conteúdos ministrados também devem estar voltados à realidade daquele local ou região. Estabelecer essa relação faz parte uma ação democrática.

Ao se tratar de organização curricular é necessário estar atento ao cerne desta organização, levando em consideração o que é imprescindível dentro da cultura local. Esta análise deve ser aliada às dimensões histórico-social, uma vez que o conhecimento vem sendo construído ao longo da história e este saber é compartilhado em todo currículo unificado pelos sistemas de ensino. Daí a importância de um currículo diversificado que contemple ambas as dimensões.

Após várias reformas educacionais, o Ensino Médio tenta integrar duas concepções: o preparo para o mundo do trabalho e a preparação para a continuidade dos estudos, rompendo com a dualidade que historicamente separou os estudos preparatórios para a educação superior da formação profissional.

O grande desafio hoje, é levar o jovem a aprender a aprender, o mundo e o mercado exigem que os jovens sejam cada vez mais autônomos e consigam por si só buscar as respostas para a solução dos problemas encontrados. Que tenham iniciativa e busquem essa aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida.

Nessa visão, o currículo representa o projeto a ser desenvolvido pela prática, um instrumento sistematizador de todo o processo educativo escolar. Seus componentes, ou conteúdos, são reflexos de uma escolha cultural e temporal.

O currículo também representa relação de poder. É preciso estar atento na elaboração ou cumprimento de um currículo, levando em conta o currículo oculto que ocorre paralelamente. Este pode ser opressor e excludente, uma vez que pode representar o desejo de uma minoria. Até mesmo os currículos propostos pelos sistemas de ensino e os livros didáticos utilizados devem ser analisados criticamente, posto que podem expressar implicitamente os ideais da classe dominante e serem perpetuados de forma igualmente intrínseca em toda a sociedade. Por isso, a necessidade de que o currículo possua a identidade social daqueles que dele se utilizam e sempre prime por conduzir à igualdade, cidadania e democracia, contribuindo sempre para a criticidade e protagonismo do cidadão como quem constrói a história.

É fato que nos últimos anos, o número de matrículas no Ensino Médio aumentou, e a modalidade EJA vem crescendo em proporção semelhante, conforme dados do Inep, divulgados no site www.inclusive.org:

O Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep contabiliza que o número de alunos incluídos na educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação de jovens e adultos (EJA) aumentou 15,3%, de 2010 a 2011. (<http://www.inclusive.org.br>)

No entanto, há que se ter um olhar especial para esse novo perfil de estudante, que retorna após anos sem frequentar a escola. O currículo deve ser pensado de forma diferenciada e diversificada no interior das escolas.

O atual cenário mostra que o Ensino Médio não pode continuar o mesmo. É preciso não somente reconhecer a necessidade de mudanças, mas também perceber o caráter de urgência, a compreensão de que ações imediatas, voltadas para a transformação das escolas nas suas mais variadas dimensões, não podem ser adiadas.

Para que um bom currículo seja desenvolvido, é indispensável contar com escolas em boas condições de funcionamento, com professores competentes, com especialistas bem preparados e com gestores eficientes. E, tudo isso deve se traduzir em resultados efetivos em relação ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, na sua capacidade de apreender novos domínios cognitivos e novos valores da cidadania e da democracia.

Relembrando a LDB, pág.1, no seu Art. 2º, “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”, o ensino médio como parte da educação básica, tem como finalidade assegurar a todos os educandos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, daí a importância dos CBC-Currículo Básico Comum, que agregado às características culturais e sociais de cada localidade levará o jovem ou adulto a um nível mais elevado de desenvolvimento pessoal.

A compreensão do currículo para uma escola transformadora deve ser de que este não é neutro, nem deve se encontrar para além das discussões dos profissionais da educação e da sociedade.

O currículo escolar é uma prática social na medida em que prepara o cidadão para convívio em sociedade e assim sendo, valores disseminados no âmbito educacional permeiam toda a sociedade, daí a importância da não perpetuação das desigualdades e exclusão tão prementes.

Desta forma, o Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha ao optar por um currículo para a formação humana compreende que este precisa ser situado historicamente, onde se possam introduzir sempre novos conhecimentos, não se limitando apenas aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, mas entendendo que o conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano que vão além do uso prático, ou seja, trata-se de um currículo orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento, e, que está assim, a serviço da diversidade.

Sendo os Centros Estaduais de Educação Continuada – CESEC, escolas de regime semipresencial com atendimento individual e personalizado, as metas formuladas não alcançam um número extenso e diversificado de ações, restringindo-se a alguns projetos como palestras periódicas, de cunho social; orientação e acompanhamento individual do aluno através de aula expositiva; correção de

exercícios; revisão de conteúdos e aplicação de avaliações escritas; contextualização dos temas transversais constantes nos PCN's, com os conteúdos ministrados.

4. TEMPOS ESCOLARES

Seguindo a legislação vigente (Lei de Diretrizes e Bases-LDB/Art.24), que regulamenta a Educação no Brasil, as escolas devem cumprir pelo menos 200 dias letivos anuais, distribuídos em dois semestres. Totalizando, no mínimo, 800 horas. Entretanto há ressalva no Art. 34, em se tratando do ensino noturno:

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

Estabelecer os tempos escolares de forma a favorecer a aprendizagem têm sido uma árdua tarefa aos estabelecimentos de ensino. Lidar com cidadãos cada vez mais ocupados pela dinâmica dos tempos modernos tem levado as escolas a enfrentar este novo paradigma: promover o aprendizado num curto espaço de tempo.

Algumas propostas educacionais têm surgido e vem sendo ampliadas ao longo dos anos como os Projetos: Escola de Tempo Integral; Fica Vivo, Mais Educação, entre outros. No entanto, essa realidade não se aplica aos alunos do Ensino Médio, principalmente no Ensino Noturno e EJA, que em grande parte é composto por trabalhadores ou pais e mães de família, tendo pouca disponibilidade para a carga horária dos estudos.

Do ponto de vista pedagógico a ampliação do tempo só se justifica na perspectiva de propiciar mudanças positivas na vida escolar dos alunos, posto que deve haver uma reflexão do tempo que o aluno fica na escola, se este realmente se traduz na qualidade da educação oferecida, ou seja, a ampliação desse tempo só é válida como forma de alcançar melhores resultados educacionais. Embora essa ampliação do tempo escolar esteja também atrelada ao panorama sociocultural, isto é, tempo de escola determinado por demandas relacionadas ao bem-estar dos

estudantes, ou às necessidades do Estado e da sociedade. Como por exemplo: eliminação do trabalho infantil, ingresso das mulheres no mercado de trabalho, etc.

Como citado por Cavaliere, 2007, esses projetos visam vários objetivos:

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. (CAVALIERE, 2007. p.1016).

A legislação vigente vem tentando facultar ao jovem e ao adulto que não teve acesso à educação formal em idade apropriada, a possibilidade de concluir o ensino médio, criando para isso tempos escolares modificados, como citado na CF e LDBN:

- O inciso I do artigo 208 da Constituição Federal determina que o dever do estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.
- Lei federal nº 9,394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB, no seu artigo 4º, reiterou o texto da constituição- “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.
- A LDB consagra à educação de Jovens e adultos a Seção V (art. 37 e 38), do Capítulo II (Da Educação Básica), do seu título V (Dos níveis e modalidades de educação e ensino);
- O artigo 37 diz que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, cabendo aos sistemas de ensino assegurar gratuitamente a esses jovens e adultos oportunidades apropriadas, considerando as características do alunado.
- O Plano Nacional de Educação tem como meta a erradicação do analfabetismo, o que contempla a EJA como facilitadora desse processo.

Apesar da flexibilidade de horários ainda é preciso um permanente trabalho de motivação com os alunos que por vezes param de frequentar as aulas demonstrando dificuldade em assimilar a forma autodidata em que se estrutura o curso.

Reorganizar tempos e espaços quando se trata da modalidade CESEC é um pouco mais complicado, mas é sempre levado em consideração o tempo disponível do aluno para agendamento das aulas, até mesmo contando com a colaboração de professores em horários de estudo para atender àqueles alunos que necessitarem.

No CESEC Capelinha ocorre da seguinte maneira: existe um horário de aulas, onde os professores estão disponíveis para atender aos alunos de forma coletiva, na turma. Porém, quando um determinado estudante tem dificuldade de assistir às aulas no horário estipulado, há uma flexibilização do professor que no seu horário de módulo II faz um atendimento individualizado a esse educando, buscando dessa forma atender ao máximo o cidadão que deseja e precisa concluir seus estudos.

Outro aspecto em relação ao tempo escolar é a motivação que deve ser trabalhada no educando. O predomínio de aulas convencionais e expositivas em sala de aula, centradas em conteúdos, e não em competências não motiva suficientemente os alunos da EJA, que necessitam também de tempo e espaço para receber suporte e atenção individual às suas necessidades no processo de aprendizagem, através de atividades diversas, tais como orientação de estudos, recuperação contínua e pesquisas.

A LDB sempre enfatiza a preparação para o mundo do trabalho e nesse viés a EJA deve além da formação geral, incorporar também as práticas da vida real de seus alunos, assim como as questões relacionadas com seu trabalho.

Os alunos do EJA são pessoas já amadurecidas e engajadas em uma prática social, para a qual devemos levar em conta a vida em família, trabalho e comunidade. Enfim, são cidadãos que já atuam efetivamente na sociedade. Portanto, há que considerar a não dissociação da formação geral das práticas sociais e de trabalho destes alunos.

A ausência na EJA, de atividades de convívio social e de vivências socializadoras, culturais, de lazer e esportes que enriqueçam sua vida escolar, bem como de qualificação profissional que possa contribuir para o trabalho, faz com que estes alunos se sintam desmotivados durante o curso, o que pode levar à evasão, cabendo então à escola reestruturar seu currículo, tempos e espaços escolares, de forma a favorecer o processo educacional destes estudantes.

Seguindo no sentido proposto pelas legislações, o CESEC Capelinha tem estruturado suas aulas no período da manhã, tarde e noite. Propiciando aos alunos horários flexíveis para o aprendizado, e somando-se a isso os “aulões programados” de diversas matérias propiciando aos alunos uma revisão geral.

As classes no CESEC Capelinha são heterogêneas, com jovens e adultos, homens e mulheres, trabalhadores empregados ou desempregados, com diferentes níveis de aprendizagem.

Durante o ano letivo no CESEC Capelinha, acontecem também eventos esportivos e festivos de acordo com o calendário escolar, com o intuito de aproximar o estudante e suas famílias do convívio educacional estimulando assim o interesse pelas atividades escolares como algo proveitoso e prazeroso, buscando sempre a formação do cidadão nas dimensões: sócio-afetiva, educativa e laboral.

5. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão na escola acontece quando surgem situações que necessitam ser investigadas, estudadas e analisadas que terão as ações por meio de quem se encontra a frente de um grupo, ou seja, o gestor que deverá se preocupar sempre com o equilíbrio entre o líder e os liderados em um foco único, mas sabendo que apesar de estar inserido em um processo democrático haverá sempre alguém que irá responder e determinará o tipo de decisão a ser tomada.

Nessa visão o processo de tomada de decisão esta totalmente ligado às experiências vividas por meio de conhecimento prático ou teórico, acrescido a motivação e a participação de todos os envolvidos focados nas reais necessidades da comunidade escolar permitindo assim uma abertura para a concretização de uma gestão democrática sólida, preocupada com os resultados, buscando sempre contemplar a todos de forma direta ou indireta, sabendo que toda decisão final está a cargo do gestor que responde pela instituição no entanto é respaldado por todos que participaram da elaboração de projetos e contribuíram para encontrar respostas ou alavancar propostas. Porém, toda tomada de decisão estará sujeita a risco podendo dar certo ou errado, mas deve ser consciente e sempre buscar alcançar objetivos positivos para beneficiar a todos.

Assim, quando permitimos a participação, a tomada de decisão deixa de ser apenas do gestor e passa a ser da equipe, tornando todos agentes ativos no processo educacional não sendo omissos às deficiências do sistema e buscando por meio de uma consciência crítica encontrar respostas para que a tomada de decisão possa ter ganhos tanto nas relações humanas, quanto na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A democratização nas relações de trabalho é um dos maiores desafios a serem vencidos dentro do processo de funcionamento do sistema escolar, pois cada grupo sempre terá um foco centrado nos próprios interesses. De um lado, o gestor tendo que trabalhar sobre uma teoria dita democrática que já vem determinada pelo sistema educacional do estado gerenciado pela Secretaria da Educação, por outro a equipe docente e discente que devem desenvolver suas funções acerca das colocações feitas pelo diretor que repassa as orientações recebidas pelos superiores do órgão central.

Assim, todo funcionamento escolar está condicionado a determinado repasse que não pode ser questionado, pois já chega para o diretor como determinação para ser implantado e não questionado, tornando uma pirâmide onde o processo hierárquico não abre espaço para qualquer tipo de questionamento, então, pode-se entender que a democracia torna-se inexistente com a falta de espaço para uma participação da comunidade escolar que estará sempre sendo fiscalizada por um determinado grupo e seus interesses. Diante dos fatos, precisamos rever o verdadeiro objetivo da educação que tem como ponto primordial a mudança e a concretização da educação de qualidade e o acesso de todos os envolvidos por meio da participação visando a construção de um espaço de transformação dentro do contexto escolar.

No entanto, para que a escola possa realmente gerar mudanças, essa deverá acontecer primeiro fora dela, em estâncias superiores por meio de debates junto a Secretaria de Educação e seus agentes políticos, que só assim permitirá que a voz do diretor se torne a voz da escola onde todos os grupos possam ter uma única fala, caminhando lado a lado e preocupados com os interesses mútuos e não individuais.

Considero que a participação por meio da problematização são pontos chaves para se alcançar uma tomada de decisão eficaz para sanar deficiência nos setores organizacionais da escola onde a teoria deve caminhar junto com a prática, respeitando o indivíduo e suas peculiaridades, deve-se então, observar o local onde a escola está situada, respeitando a vivência e a cultura da comunidade local buscando soluções através de planos de ações a serem colocados em prática para que assim possa chegar ao entendimento sem um choque de ideias, visando

interesses pessoais, mas de forma totalmente democrática preocupada com o coletivo.

7 . AVALIAÇÃO

A avaliação escolar serve de parâmetro tanto para que o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos seja explicitado quanto o trabalho desenvolvido pelos educadores.

A avaliação precisa assim cumprir a sua função e se efetivar de maneira coerente e justa. Avaliar tem um sentido amplo, portanto diversos instrumentos devem ser utilizados no processo.

Em tempos contemporâneos não se concebe a avaliação como uma forma de classificar e/ou rotular os alunos. Mas, sim como uma importante ferramenta à disposição da escola para atingir o principal objetivo, que é formar cidadãos capazes de construir suas aprendizagens de modo efetivo e significativo. Assim a avaliação deve ser vista como uma possibilidade de orientar o processo ensino-aprendizagem visando melhorar o desempenho do aluno e também do professor, pois o desempenho docente e dos alunos são focalizações importantes para compreender o processo educacional.

A responsabilidade pela aprendizagem dos alunos é de todos os envolvidos no processo educacional e o processo é tão importante quanto o produto. Portanto os resultados obtidos nas provas o processo avaliativo deve contemplar outras dimensões do processo educacional tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes ou não docentes.

A avaliação escolar não deve priorizar o resultado ou o processo, mas deve ser uma prática de investigação e interrogar na relação ensino aprendizagem buscando identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica.

Tanto a avaliação da escola e da aprendizagem dos alunos são interdependentes e precisam ser refletidas sempre.

A avaliação faz parte do processo educacional. Assim a avaliação da aprendizagem serve tanto para analisar o desenvolvimento do aluno como para avaliar o trabalho desenvolvido pelo professor.

Assim os indicadores para a avaliação da aprendizagem contribuem para o trabalho coletivo da escola.

Indicadores bem concebidos, que sejam apropriadamente utilizados, podem servir como incentivos positivos para o desenvolvimento da escola. Se indicadores de aprendizagem estudantil encorajam estudantes e professores a focarem o trabalho em habilidades e capacidades, se eles ajudam a identificar necessidades ou problemas (...), então os indicadores poderão ser utilizados mais cotidianamente. (DARLING – HAMMOND e ASCHER, 1991, p.37).

Nesse aspecto o Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha busca organizar um trabalho participativo para a construção do processo avaliativo na escola tendo o foco no aluno. Entendendo que a avaliação fornece dados relevantes da aprendizagem do aluno e do trabalho do professor, sendo um instrumento de acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de aprendizagem, diagnosticando resultados e valorizando-os adequadamente.

De acordo com Navarro (2004, p. 38-40) a escola precisa ser avaliada como um todo, partindo de um planejamento participativo tendo como foco o aluno, considerando os aspectos mediadores do processo pedagógico. E é assim que o CESEC implementa seus trabalhos, contando com a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Entende-se que o processo educacional é relevante para a efetivação da aprendizagem, e as estratégias e procedimentos precisam ser refletidas para as conquistas de resultados satisfatórios, portanto os resultados e o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos devem ser constantemente avaliados, pois o sucesso ou fracasso na aprendizagem dos alunos é responsabilidade de toda a escola.

15 . REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública/2007**. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- Constituição Federal, disponível em: ww.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/_da_educacao.pdf.

- FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Capítulos 2, 3 e 4.
- Inclusive educação e Cidadania. **Matrículas da educação especial aumentam 15,3% de 2010 para 2011.** Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=22910>

- LDBN/9394/96, disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

- LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.** Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- NAVARRO, Ignez Pinto ET AL. **Avaliação: o processo e o produto.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em:

- SOUZA, Ângelo Ricardo. **Avaliação Institucional:** Avaliação da escola como instituição. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.